

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA – SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2023

VALDIR ROLING & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.941.213/0001-80, por intermédio de sua representante legal, o (a) Sr. (a.) REGIANE ROLING NECKEL, portadora da Carteira de Identidade nº 4.154.010, do CPF nº 006.520.659-29, vem à presença desta Comissão apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por CRO Madeiras e Material de Construção Ltda, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DA TEMPESTIVIDADE.

Nos termos do Item 19.1 e seguintes do Edital do Pregão Eletrônico nº 40/2023, o recurso contra as decisões do Pregoeiro deve ser interposto no prazo de 03 dias úteis, sendo concedido o mesmo prazo de 03 dias úteis para a apresentação de Contrarrazões. Considerando que o término do prazo recursal da empresa CRO Madeiras ocorreu no dia 13/10/2023 e que a divulgação das razões recursais por ela apresentadas ocorreu no dia 16/10/2023, são tempestivas as presentes Contrarrazões interpostas no dia 18/10/2023.

2. DA REGULARIDADE DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VALDIR ROLING & CIA LTDA.

VALDIR ROLING & CIA LTDA
CNPJ: 01.941.213/0001-80
RUA DOS PIONEIROS, Nº 603 – CENTRO
88420-000 – AGROLÂNDIA- SC

A recorrente CRO Madeiras, em síntese, alega que a recorrida Valdir Roling & Cia Ltda não estaria habilitada para a comercialização dos produtos objeto da licitação por não possuir em seu contrato social a atividade específica de “comércio de materiais de construção”. Contudo, as alegações da recorrente não merecem prosperar.

Ocorre que a empresa recorrida encontra-se devidamente habilitada para a execução de suas atividades e apta ao certame do pregão ora participado, entendendo que a impugnação através do pedido de recurso do Lote 34 do presente certame é arbitrário e sem fundamento legal.

O próprio contrato social da recorrida demonstra que esta efetivamente exerce a comercialização de produtos inerentes ao ramo da construção civil, possuindo em seu objeto social atividades como “comércio de materiais elétricos para a construção civil” e “comércio de materiais hidráulicos”, entre outros. Obviamente, para a execução de qualquer projeto hidráulico e/ou elétrico numa obra de construção civil se faz necessária a utilização de toda uma gama de materiais de construção civil, como, por exemplo, pregos e grampos, produtos estes que são efetivamente comercializados pela recorrida. Ou seja, a recorrida acaba abrangendo várias sub atividades, sejam no varejo de elétrica, hidráulica, material de construção, entre outras, tendo especialização e plena capacidade de atender o objeto para o qual foi habilitada na licitação.

Tal fato se comprova pelo próprio Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa Comércio de Varejista de Combustíveis Piske (já anexo ao certame), demonstrando que a recorrida tem plena capacidade técnica para fornecer os materiais objeto do lote em questão, o que **é reforçado pelas Notas Fiscais de entrada dos produtos no estoque da recorrida. As mencionadas Notas Fiscais de entrada que ora se juntam, enfatizando as NFs 601.684 de 13/02/2023 e 621.921 de 05/06/2023 demonstram que a recorrida efetivamente mantém os produtos objeto da licitação em seu estoque e que já possui ampla experiência na sua revenda**, sendo inquestionável sua capacidade técnica e pleno atendimento dos requisitos do Edital.

Nunca é demais destacar que, na licitação atribui-se de forma genérica um título a ser conferido para fins de lançamento da mesma, ou seja, neste pregão foi usado “Materiais de Construção”, e se observarmos os itens licitados, podemos verificar que de ampla abrangência, ou seja, que muitos deles tem classificação de CNAE específico.

Diante disto, não é a atividade específica informada no contrato social que deve ser levada em conta, mas a idoneidade da empresa participante, seu histórico e sua capacidade de cumprir com suas obrigações e de principalmente fornecer os materiais licitados, o que restou devidamente comprovado no certame.

Além disso a Lei n. 8.666/1993, bem como a Lei 14.133/2021, no que tange à habilitação jurídica, não exigem que o documento constitutivo (contrato social, estatuto, etc.) preveja **expressamente** que o licitante se dedique **especificadamente** à atividade correspondente ao objeto da licitação. Em outras palavras, **não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame.**

Verifica-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica limitam-se “à comprovação de existência jurídica da pessoa”. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, **sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal** entre o objeto social e o objeto descrito no edital, ou seja, inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, **cabendo à Administração tão somente**

aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços que pretende contratar.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos no Edital, situação esta que não se enquadra com nossa empresa, pois trabalhamos no ramo de materiais de construção desde nossa fundação.

Colacionamos a seguir algumas decisões de Tribunal de Contas nesse sentido:

É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas **não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante**, com fulcro na competitividade. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara)

Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, **basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado**, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)

Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, deliberou que “só considera viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação” (Acórdão nº 487/2015 - Plenário e Acórdão nº 1021/2007 -

Plenário), e que "o objeto social da empresa delineado no contrato social devidamente registrado comprova não apenas o exercício da atividade empresarial requerida na licitação, mas também que a empresa o faz de forma regular". (Acórdão nº 642/2014 – Plenário)

O que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência.

Sob a mesma ótica, não se deve impedir uma empresa de participar do certame com base exclusivamente no **CNAE** cadastrado na Receita Federal, pois isso seria levar a norma a limites muito além dos necessários. O CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) é uma forma utilizada pela Receita Federal para padronizar os códigos de atividade econômica no país com a finalidade de melhor administrar as questões tributárias. A exigência de um código CNAE específico com o objeto da licitação também limita o caráter competitivo do certame, impedindo a busca pela proposta mais vantajosa à Administração Pública, ferindo os princípios que norteiam a licitação pública, o que configura grave irregularidade.

Segundo o **TCU**, "é certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro" (Acórdão nº 1203/2011).

Os requisitos de habilitação devem ser exigidos nos estritos limites do art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21 (art. 27 e seguintes da Lei 8.666/93), e estes não exigem habilitação pautada nos códigos da CNAE, ou que o objeto social da empresa seja idêntico ao objeto da licitação.

Depreende-se, portanto, que existe plena compatibilidade do objeto social da empresa recorrida com o objeto da licitação, bem como houve a

comprovação de sua capacidade técnica para atendimento do certame e, neste ato, comprova-se ainda pela Notas Fiscais de entrada o próprio histórico de aquisição e revenda dos mesmos produtos que foram objeto do lote vencido pela recorrida, demonstrando com clareza que esta atende a todos os requisitos do edital para habilitação ao certame.

Diante do exposto, pugna-se o recebimento das presentes Contrarrrazões, para que seja rejeitado o Recurso da empresa CRO Madeiras e Material de Construção Ltda, **mantendo-se a habilitação da empresa Valdir Roling & Cia Ltda e prosseguindo-se com o certame até os seus ulteriores termos.**

3. SUCESSIVAMENTE – DO PRAZO PARA EVENTUAL ADEQUAÇÃO FISCAL.

Mesmo na remota hipótese desta comissão julgadora considerar necessária a inclusão do CNAE específico da atividade de “comércio de materiais de construção” no contrato social da empresa, o que não se espera e se considera apenas para fins de argumentação, a recorrida invoca então a prerrogativa do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 , pelo qual será assegurado às Micro e Pequenas Empresas o prazo de 05 (cinco) dias, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação que comprove a regularidade fiscal.

Como já dito no tópico acima, a atribuição de um Código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) trata-se de um mecanismo de classificação fiscal implementado pela Receita Federal do Brasil, sendo que a eventual falta de um CNAE no contrato social seria mera questão fiscal passível de ser sanada no prazo conferido pelo art. 43, § 1º da LC nº 123/06.

Vale mencionar que a recorrida é uma Empresa de Pequeno Porte abrangida pela LC nº 123/06, conforme demonstra o Cartão do CNPJ anexo. Portanto, de forma sucessiva e somente caso se entenda como necessária a

VALDIR ROLING & CIA LTDA
CNPJ: 01.941.213/0001-80
RUA DOS PIONEIROS, Nº 603 – CENTRO
88420-000 – AGROLÂNDIA- SC

existência da atividade específica de “comércio de materiais de construção” no contrato social, a recorrida requer a abertura do prazo de 05 (cinco) dias para a regularização da documentação, prorrogável por mais 05 (cinco) dias, possibilitando a juntada da respectiva alteração do contrato social.

Agrolândia, 18 de outubro de 2023.

VALDIR ROLING & CIA LTDA ME
CNPJ: 01.941.213/0001-80
SÓCIA ADMINISTRADORA
REGIANE ROLING NECKEL
CPF: 006.520.659-29